



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 0004870-50.2018.8.26.0037
Classe - Assunto Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito
Requerente: Flavia Cristina Soares de Carvalho
Requerido: Sidney Ferreira

Justiça Gratuita

Vistos.

Trata-se de ação de indenização por danos causados em acidente de trânsito.

O relatório é dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passando-se à motivação e à decisão.

Segundo a autora, transitava na via preferencial, que era a Av. João Batista de Oliveira, e no cruzamento com a Rua São Vicente de Paula, o réu não respeitou o sinal de parada, adentrando repentinamente. Na réplica, explicou que teve que desviar do veículo do réu e caiu, pois estava chovendo e deslizou (pág. 43).

Os veículos não colidiram entre si. Mas é possível estabelecer eventual culpa mesmo assim, no caso de um ingresso na via pública de modo a ter provocado a freada da autora.

A prova, porém, é precária para tal conclusão.

Há nos autos prova documental consistente em boletim de ocorrência, fotos e orçamentos. Mas são documentos que não esclarecem as circunstâncias do acidente.

A única testemunha, Paulo, declarou que passeava com seu cachorro no momento, e ouviu um barulho, que foi da queda da moto da autora. Não a viu momentos antes disto. Não sabe responder se ela se assustou com o veículo dirigido pelo réu, que havia ingressado naquela via pública. A autora estava na via preferencial. O réu parou um pouco adiante, depois que já estava na via preferencial. Respondeu ainda que o asfalto estava molhado, pois havia chovido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

A testemunha confirmou os trajetos dos veículos, conforme a autora descreveu, mas não fornece elementos de convicção para concluir que o réu tenha dado causa ao fato.

Não se pode desconsiderar que o asfalto molhado favorece ou facilita a derrapagem de motocicletas, e a condução, em tais condições, deve ser acrescida de cuidados ainda maiores, pois é fato bastante previsível.

Como se vê, não há elementos idôneos à caracterização da hipótese de procedência. Apenas com os documentos juntados e o depoimento colhido, não é possível concluir sobre a culpa do réu, e, não esclarecidas as circunstâncias, é de rigor afastar o pleito.

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o inominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, com as alterações da Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da causa ou cinco Ufesps (o que for maior)

Com trânsito em julgado e sem pendências, providencie-se o arquivamento dos autos.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 14 de agosto de 2018.

Rogério Bellentani Zavarize
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006